

Gênero e alimentação: um estudo comparativo da percepção de segurança alimentar e nutricional no campo e na cidade.

Gender and food: a comparative study of the perception of food and nutritional security in the countryside and the city

Xênia de Castro Barbosa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Brasil
Coordenadora do NEDET Rio Machado
xenia.castro@ifro.edu.br

Pedro Rammon dos Santos Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Brasil
Extensionista do NEDET Rio Machado
pedrowinchester.pr@gmail.com

José Henrique dos Santos Nogueira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Brasil
Extensionista do NEDET Rio Machado
hsantosnogueira@gmail.com

Resumo

O estudo em tela visa contribuir, ainda que de forma parcelar e modesta, com o campo da História da Alimentação, evidenciando a percepção social da população amazônica de São Felipe d'Oeste/RO acerca da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN. O estudo foi desenvolvido no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural de Identidade Rio Machado (NEDET Rio Machado), sediado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Seu objetivo principal foi analisar a percepção de segurança alimentar e nutricional de mulheres residentes em São Felipe d'Oeste, município amazônico integrante daquele Território. Buscou-se ainda identificar onde a insegurança alimentar e nutricional tem maior incidência: se na zona urbana ou rural, bem como discutir os fatores que interagem para sua formação e mitigação. A pesquisa foi desenvolvida em abordagem qualitativa, mediante observação de tipo participante, em campo, e aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional - EBIA. A amostra compreendeu 2% da população total do referido município, da qual metade foi constituída de mulheres residentes na Zona Rural e a outra metade de mulheres residentes na Zona Urbana. As análises tomaram por base Menezes e Carneiro (1997), Bourdieu (2002), Butler (2017), Kepple e Segall-Corrêa (2011), dentre outros. Os resultados apontam que a insegurança alimentar e nutricional teve incidência maior na zona urbana do que na zona rural, contribuindo para a melhor situação da segunda a forte ocupação das mulheres na agricultura familiar de base agroecológica.

Palavras-chave: SAN; Gênero; Alimentação.

Abstract

The study on-screen aims to contribute, albeit in a piecemeal and modest way, to the field of Food History, highlighting the social perception of the Amazonian population of São Felipe d'Oeste/RO about Food and Nutrition Security –SAN. The study was developed at the Extension Center for Territorial Development of the Rural Territory of Identity Rio Machado (NEDET Rio Machado), based at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia (IFRO). Its main

objective was to analyze the perception of food and nutritional security of women residing in São Felipe d'Oeste, an Amazonian municipality that is part of that Territory. It also sought to identify where food and nutritional insecurity has a greater incidence: whether in urban or rural areas, as well as to discuss the factors that interact for their formation and mitigation. The research was developed in a qualitative approach, through observation of participant type, in the field, and application of the Brazilian Scale of Food and Nutritional Insecurity – EBIA. The sample comprised 2% of the total population of the municipality mentioned above, of which half were women residing in the Rural Zone, and the other half were women residing in the Urban Zone. The analyzes were based on Menezes and Carneiro (1997), Bourdieu (2002), Butler (2017), Kepple and Segall-Corrêa (2011), among others. The results show that food and nutritional insecurity had a higher incidence in the urban area than in the rural area, contributing to the better situation of the second, the strong occupation of women in family farming based on agroecology.

Keywords: SAN; Gender; Food.

1. INTRODUÇÃO

O acesso regular e permanente a alimentos saudáveis é um dos maiores desafios das sociedades contemporâneas, tendo em vista a situação de insegurança alimentar sistematicamente engendrada pelo modo de produção capitalista, sobretudo a partir da Revolução Verde. Ao passo que esta aumentou a produção de certos cultivares, mediante uso de agrotóxicos e engenharia genética, e ampliou as possibilidades de lucro dos setores vinculados ao agronegócio, legou um sério passivo socioambiental, marcado por danos aos ecossistemas, redução de biodiversidade, perda de conhecimentos tradicionais, aumento de conflitos agrários e empobrecimento do campesinato. Trata-se, portanto, de problema que está na ordem do dia e cujo enfrentamento é fundamental para a soberania das nações e a saúde e bem-estar das pessoas. Ademais, refletir sobre esta temática, observando-se os desafios impostos aos sistemas produtivos e às relações de gênero é crucial nesse momento em que o Brasil, lamentavelmente, retorna ao Mapa da Fome.

Em face ao exposto, este texto almeja comunicar parte das análises elaboradas a partir das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas sob a égide do projeto de “Ambiente e Saúde: um olhar para o perfil epidemiológico e a vulnerabilidade social do Território Rural de Identidade Rio Machado”, o qual tratou de elaborar um diagnóstico situacional do referido território, no que tange aos aspectos socioambientais e econômicos.

No Brasil, territórios rurais de identidade e territórios da cidadania correspondem a formas de organização espacial e de intervenção estatal por meio de políticas públicas específicas. Conforme a EMBRAPA, trata-se de “estratégias de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com o objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania” (EMBRAPA, 2008, p. 2).

O Território Rural de Identidade Rio Machado, a partir de agora referido como TRM foi instituído em 2001, para mais bem integrar as ações do Governo Federal e dos governos estadual e municipal, e para fortalecer a participação social dos atores territoriais nas decisões acerca do território. É composto por sete municípios que configuram relevante pólo de produção agrícola e pecuária do Estado de Rondônia, a saber: Ministro Andreazza, Cacoal, Pimenta Bueno, Espigão d'Oeste, Primavera de Rondônia, São Felipe d'Oeste e Parecis. O perfil econômico predominantemente de cunho rural e seu IDH acima da média são os fatores que o levaram a ser classificado como território rural. Entretanto, cabe enfatizar que a política de desenvolvimento territorial brasileira foi duramente atingida em 2016, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, que passaram a incorporar a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, ligada à Casa Civil.

A pesquisa que aqui apresentamos teve como objetivo principal analisar a percepção de segurança alimentar e nutricional de mulheres residentes em São Felipe d'Oeste, município amazônico integrante do TRM, e como objetivos específicos identificar onde a insegurança alimentar e nutricional tem maior incidência: se na zona urbana ou rural daquele município, assim como discutir os fatores que interagem para a insegurança alimentar e nutricional e para a sua mitigação.

O recorte temático do trabalho em tela tem como objeto a SAN – Segurança Alimentar e Nutricional abordada em perspectiva social e dialógica com a senda econômica. Ocupa-nos pensar as percepções de SAN de mulheres residentes nas zonas urbana e rural do município de São Felipe d'Oeste/RO, e a análise dessas percepções estende-se sobre o ambiente produtivo e as possibilidades de consumo engendradas naquele ambiente. Busca-se, desse modo, compreender os arranjos capitalistas naquela esfera e as formas residuais e emergentes de sociabilidades que ali existem para além do capital.

A escolha da SAN como objeto justifica-se por se tratar de direito essencial, que deve ser estendido a todas as pessoas. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006) definiu a segurança alimentar como a efetivação do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. O avanço do agronegócio sobre o TRM tem alterado a configuração territorial, as relações com a terra, as relações de produção e consumo e as formas sociais da comensalidade. Estima-se que tais transformações impactem de forma direta a situação de segurança alimentar e nutricional das pessoas que vivem no naquele território.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Dizer que este trabalho almeja contribuir, ainda que de forma parcelar e modesta, com o campo da História da Alimentação, requer antes de qualquer coisa, algumas considerações sobre o próprio campo e, na sequência, sobre os limites do trabalho aqui exposto.

A História da Alimentação constitui um campo interdisciplinar estimulante e desafiador, dada a sua amplitude, as diversas abordagens possíveis e a atividade elementar a qual se refere: a alimentação, sem a qual não haveria vida. É um campo que possui historicidade própria, remontando à Antiguidade, e que possui tantos métodos quanto as abordagens possíveis e os interesses e disputas em jogo. Em 1997 os historiadores Ulpiano Bezerra de Menezes e Henrique Carneiro publicaram “A História da Alimentação: balizas historiográficas” (MENEZES; CARNEIRO, 1997), uma preciosa revisão do desenvolvimento desse campo nas ciências humanas e biológicas, obra que tomamos por base. Para os autores, tratar da alimentação implica em privilegiar o alimento. O alimento é uma categoria complexa, que permite olhar por muitos prismas, como o da produção do alimento, da sua aquisição, circulação, consumo, carência, o mercado, representações, funções sociais e culturais, nutrição, hábitos alimentares, práticas à mesa, os espaços e equipamentos alimentares, os sistemas alimentares, os gostos, as políticas alimentares, a educação alimentar, dentre outros. No ensinamento dos autores,

Há, pode-se ver, grande oscilação de sentido e de centros de gravitação. Estas fronteiras estão longe de poderem ser claramente demarcadas – e não é evidente que devam fazê-lo. No entanto, maior esclarecimento pode derivar de um exame dos enfoques predominantes na análise desses variados objetos. São eles, basicamente, cinco: o enfoque biológico, o econômico, o social, o cultural e econômico (MENEZES; CARNEIRO, 1997, p. 11).

Para a formação do campo da História da Alimentação foram basilares os trabalhos dos historiadores da Escola dos Annales Fernand Braudel (1979) e Ernest Labrousse (1944). No volume um da obra de Fernand Braudel (*op. cit.*), denominada Civilização material, economia e capitalismo há um capítulo acerca dos gêneros alimentícios, como o trigo, o arroz e o milho, do século XV ao XVIII, caracterizados pelo autor como produtos representantes da vida cotidiana. Em referência a esse cotidiano aludido o autor destaca o trabalho de mulheres rendeiras para a aquisição de alimentos:

É preciso viver: a rendeira só suspende o movimento dos dedos para comer um pedaço de pão ou uma batata cozida, temperada com um pouco de sal. No fim da semana, levará a obra ou à feira vizinha (o que é excepcional) ou ao Spitzenherr (traduza-se por senhor da renda) que lhe adiantou a matéria-prima, forneceu os desenhos, vindos da Holanda ou da França, e reservou antecipadamente para si a produção. Então ela comprará azeite, um pouco de carne, arroz para o festim dominical (BRAUDEL, 1979, p. 277).

A alimentação foi também abordada por lentes econômicas na tese de Ernest Labrousse (1994). O autor estudou a crise econômica francesa que se instaurou no século XVIII, em função de uma má colheita, evidenciando seus impactos negativos no meio rural e urbano.

Na década de 1970, o interesse pela temática alimentar ganhou volume, novas formas de abordagens e novos recursos metodológicos, sendo decisivo para isso a publicação dos três volumes da obra *Faire de l'histoire* (LE GOFF; NORA, 1974). Os autores propuseram novas abordagens, objetos e problemas para o estudo da História, defendendo uma história singular, em detrimento da antiga ideia de uma história totalizante. Um dos frutos dessa nova perspectiva inaugurada pela terceira geração da Escola dos Annales é o trabalho de Flandrin e Aron (1998), que discute as transformações ocorridas na Idade Moderna, como a reforma protestante e as grandes navegações em relação ao surgimento de novas redes de comércio de alimentos, de uma nova dietética e da valorização das culinárias nacionais.

No Brasil, o campo da História da Alimentação é crescente, sendo que em pesquisa no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, utilizando o filtro “teses” (em exclusão às dissertações) e o descritor “história da alimentação” foram localizadas centenas de trabalhos sobre o assunto, dentre os quais o de Ribeiro (2012), Andrade (2012), Abrahão (2014) e Viotti (2017), que demonstram a atualidade e os desafios concernentes ao tema.

Outra categoria com qual se dialoga no presente estudo é a categoria “gênero”, definido por Scott (1989) como categoria que surgiu no vocabulário feminista nos anos 1970 e se consolidou a partir dos anos 1980, como estratégia de discussão dos problemas atinentes à história das mulheres a partir de um posicionamento político mais sutil, portanto, menos sujeito a críticas e com melhores possibilidades de validação pela Academia. A autora evidenciou que o termo passou a ser utilizado, em muitos estudos como substituo de “mulheres”, mas esclarece:

‘Gênero’, como substituto de ‘mulheres’, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior (SCOTT, 1989, p. 6).

Em consonância com a autora (*op. cit.*), compreendemos que o gênero é uma categoria útil para análises históricas na medida em que possibilita problematizar como o sexo e os comportamentos esperados em relação ao masculino e feminino são construções sociais, e não uma condição monolítica definida pela biologia. No ensinamento de Butler (2017) o gênero é uma

categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Tal imposição, que visa manter em estruturas binárias o comportamento humano, é desafiada, muitas vezes por desejos divergentes e identidades fluidas que configuram corpos “subversivos” – corpos que desafiam a ordem estabelecida reivindicando direitos e usos dos prazeres que afrontam o que na psicanálise é chamada de “ordem paterna” (BUTLER, 2003).

Diante do exposto, o uso do “gênero” como categoria de análise reporta a um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo e nem determina diretamente a sexualidade. Para mais bem estudar esse sistema de relações e como nele a dominação masculina tem se mostrada preponderante no mundo ocidental é pertinente o subsídio legado por Bourdieu (2002), que explicou a dominação masculina a partir da violência simbólica, que é imposta às mulheres de forma sutil e cotidiana e configura formas paradoxais de submissão e de resistência. Dentre as inesperadas formas de resistência, Oliveira (2012) tece seu elogio à diferença, elucidando a revisão crítica do feminismo e o surgimento de novas expressões do feminino.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido em abordagem qualitativa. Sua natureza configura-se como pesquisa básica e seus objetivos têm a expectativa de serem explicativos, ou seja, de superar o caráter descritivo rumo a um exercício discursivo capaz de auxiliar na compreensão do problema.

A coleta de dados foi procedida mediante pesquisa de campo, na qual se realizou observações participantes durante quatro anos, e mediante entrevistas estruturadas, nas quais se aplicou o formulário oficial da EBIA, por meio de abordagens domiciliares.

As observações em campo vêm sendo desenvolvidas desde 2014, quando assumimos a coordenação do NEDET Rio Machado. Desde então temos acompanhado a dinâmica da produção de alimentos naquele território, as relações de gênero estabelecidas, e experimentado os sabores da agricultura familiar nos rituais de comensalidade e hospitalidade aos quais somos convidados. Todavia, as preocupações com a SAN, propriamente dita, apenas recentemente ganharam sistematicidade, na medida em que constatamos situações que fogem ao padrão ao qual estávamos acostumados: aumento do alcoolismo, fechamento de postos de trabalho, insegurança alimentar.

As observações realizadas em campo foram registradas em caderno de bordo, transcritas em editor de texto eletrônico e compartilhadas com o CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial, a partir do que foram acrescentadas novas informações, novos registros de observações a partir de retornos ao campo, e partir do que reorganizamos as agendas de trabalho no que concerne às atividades de extensão. Dentre as atividades extensionistas realizadas constam oficinas

sobre agroecologia, dia de campo, palestras variadas e reuniões com o CODETER e com as câmara temáticas que compõem o referido Território.

Em relação à EBIA, foram entrevistadas 140 moradoras do município de São Felipe d'Oeste/RO, das quais 70 residentes na Zona Urbana e 70 residentes na Zona Rural, o que equivale a dois por cento de sua população (2,33%).

O recorte de gênero, com prevalência no estudo da percepção das mulheres justifica-se em função de sua maior proximidade com a questão da nutrição familiar, do planejamento e preparo das refeições, comportamento este culturalmente elaborado e transferido/incorporado pelas mulheres na teia das relações sociais. Ao apresentar esse papel socialmente desempenhado pelas mulheres não como algo natural, mas produzido culturalmente enquanto estratégia de manutenção de dada ordem social, estima-se efetuar, no *presente histórico*, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas de dominação contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam (BUTLER, 2017). Trata-se, portanto, de um exercício de enfrentamento, uma vez que, “Torna-se evidente que, nessas matérias, nossa questão principal tem que ser a de restituir à doxa seu caráter paradoxal e, ao mesmo tempo, demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação histórica em natureza, do arbítrio cultural em natural” (BOURDIEU, 2002, p. 2).

Os dados da EBIA foram classificados em relação ao tipo de domicílio (Domicílio com menor de 18 anos e Domicílio sem menor de 18 anos), conforme tabela 1.

Tabela 1 - Classificação dos níveis de SAN segundo a EBIA, 2014.

	DOMICÍLIO COM MENOR DE 18 ANOS	DOMICÍLIO SEM MENOR DE 18 ANOS
Sa	0	0
IL	1-5	1-3
IM	6-9	4-5
IG	10-14	6-8

SA- Segurança Alimentar. IL- Insegurança Alimentar Leve. IM- Insegurança Alimentar Moderada. IG- Insegurança Alimentar Grave.

Fonte: BARBOSA, 2018 - adaptado de Ministério do Desenvolvimento Social, 2014.

A delimitação empírica do estudo foi o município de São Felipe d'Oeste, localizado no sudoeste do Estado de Rondônia. Este município ocupa uma área de 541 Km², sua estimativa populacional é de 5.994 habitantes segundo contagem populacional de 2017 (IBGE, 2017), com densidade demográfica de 11,11 habitantes por Km². O IDHM deste município foi calculado em 0,649 no ano de 2010 (IBGE, 2010), e embora esteja acima da média, este município sofre com graves problemas de infraestrutura e de serviços públicos básicos, como hospitais, creches e saneamento básico. A falta de hospitais e profissionais da saúde é um dos fatores responsáveis pelo alto índice de mortalidade infantil: 16,95 óbitos por mil nascidos vivos, segundo dados do IBGE referentes ao ano de 2014.

São Felipe d'Oeste foi fundado em 1994, em terras desapropriadas da Fazenda São Felipe, localizada no município de Pimenta Bueno. Ao final da década de 1970 a referida fazenda foi ocupada por famílias sem-terra que não foram contempladas pelo PIC Gy-Paraná. Antes da desapropriação, os conflitos agrários eram recorrentes, resultando em crimes e configurando verdadeiro estado de exceção naquelas plagas, conforme relatado pelo agricultor Senhor José Mendes, atualmente líder do CODETER – TRM –, e por professoras do antigo Território Federal de Rondônia, que relataram terem sofrido violência física e até mesmo cárcere privado, por ensinarem as crianças filhas dos acampados e fornecerem merenda escolar a elas.

A análise dos dados foi realizada com base em literatura concernente ao assunto, dentre as quais a produzida por Castro (2011), Bourdieu (2002), Butler (2017), Kepple e Segall-Corrêa (2011), Counihan e Kaplan (1998), Meneses e Carneiro (1997) e Moraes, Árabe e Paula e Silva (2008).

4. RESULTADOS

O município de São Felipe d'Oeste/RO foi criado em 22 de junho de 1994, por meio da Lei n. 567, e estabelecido sobre terras desapropriadas da Fazenda São Felipe (Pimenta Bueno), cujo ato de desapropriação, para fins de interesse social, foi o Decreto n. 88.769, de 27 de setembro de 1983, assinado por João Batista Figueiredo, presidente da república do Brasil à época. A questão agrária e, por conseguinte, a obtenção de meio de produção de alimentos constituem a base da história desse município, que somente em meados da década de 1990 conseguiu pacificar os embates entre latifundiários e agricultores familiares.

A pressão por terras em Rondônia se intensificou a partir da década de 1970, período em que os governos militares adotaram a Amazônia como área estratégica de sua geopolítica, enfatizando tanto a questão da defesa das fronteiras para a soberania nacional, quanto a integração nacional a partir de projetos de desenvolvimento. Nessa esteira, a região Amazônica tornou-se alvo de projetos desenvolvimentistas, pouco eficientes e de alto impacto ambiental. Tais projetos, como o Polamazônia, em 1974, o Polonoroeste, em 1981, e a abertura de rodovias como a Transamazônica e a BR-364 impulsionaram o deslocamento populacional de grande contingente de camponeses para esta região. Contudo, os limites humanos e técnicos do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão responsável por dirigir o processo de assentamento desses migrantes não conseguiu obter êxito pleno, deixando milhares de famílias sem terra, sem crédito, sem condições de produção. Como saldo desse processo, violentos conflitos agrários mancharam de sangue os campos e ribeiras de Rondônia. Assim, a história de São Felipe d'Oeste não é um caso isolado e singular, mas compõe a série da questão agrária em Rondônia.

A população de São Felipe é predominantemente rural. É carente de infraestrutura e conta com escassos serviços públicos de saúde, educação e saneamento básico. A economia do município é preponderantemente agrícola, com destaque para a produção de gêneros como arroz, feijão, milho, café, mandioca, banana, mamão, abacaxi, maracujá, tomate, cacau e cupuaçu. Em menor proporção são produzidos alface, almeirão, temperos e ervas aromáticas. A cana-de-açúcar é produto em retração, tendo em vista o fechamento da usina de álcool que absorvia praticamente toda a produção. A banana é no momento o principal produto em expansão, seguido do tomate, cuja produção só não é maior em função dos custos com irrigação, inacessível para muitos agricultores.

No que concerne à criação de animais, São Felipe se destaca com a produção de bovinos de corte e de leite, aves de postura e, em menor quantidade, caprinos, muares, bubalinos e peixes (IBGE, 2018).

O núcleo urbano é rarefeito e conta com pouquíssimos estabelecimentos comerciais: três supermercados, duas farmácias, uma panificadora, dois restaurantes (sendo que um deles só funciona à noite), dois hotéis, duas sorveterias, um posto de combustível e meia dúzia de bares e lojas. Dentre os estabelecimentos públicos constam um hospital, que mais se assemelha a um posto de saúde, uma prefeitura, uma câmara municipal, duas escolas, uma creche, um CRAS- Centro de Referência em Assistência Social e uma praça pública. Não há campus ou pólo universitário presencial, agência bancária, presídio, corpo de bombeiros, academia de ginástica e os demais equipamentos que caracterizam uma cidade. Prevalece desse modo, um estilo de vida rural.

O caráter pouco dinâmico da economia local e a falta de equipamentos urbanos fazem com que parte da população de maior renda do município defenda a extinção do município e sua anexação como distrito de Pimenta Bueno, município próximo, localizado na BR-364 e do qual São Felipe d'Oeste é dependente em matéria de bancos, faculdades, maquinários, insumos agrícolas, lazer e outros produtos. Em relação à saúde, a principal vinculação dos habitantes de São Felipe d'Oeste é com os municípios de Cacoal e Espigão do Oeste, este último para pré-natal e parto, e o primeiro para cuidados em saúde em nível primário, secundário e terciário. Nem mesmo o nível primário é completamente atendido pelo município de São Felipe, dada a falta de profissionais e de equipamentos médicos-laboratoriais.

A baixa dinamicidade da economia, a precariedade do setor de serviços, a pouca empregabilidade do setor público e a carência de oportunidade de trabalho e de formação poderiam acarretar níveis graves de insegurança alimentar, todavia esta foi classificada como leve (IL) tanto na zona urbana quanto na zona rural, conforme dados coletados com a aplicação da EBIA em cerca de 2% dos domicílios daquele município.

Foram investigados 140 domicílios, 70 na zona rural e 70 na zona urbana. Do total de domicílios urbanos investigados 45 mostraram-se em situação de Segurança Alimentar (SA), 24 em

situação de Insegurança Alimentar Leve (IL) e 01 em situação de Insegurança Alimentar Grave (IG).

Nos domicílios urbanos com apenas moradores maiores de 18 anos a percepção de insegurança alimentar foi preponderantemente leve, com apenas um caso de IG. Também nos domicílios com presença de menor de 18 anos em situação de insegurança alimentar, esta se mostrou leve (IL).

Em relação aos domicílios rurais investigados por meio da EBIA, 55 apresentaram-se em situação de Segurança Alimentar (SA) e 15 em situação de Insegurança Alimentar Leve (IL). Desses que indicaram IL, apenas 2 relataram haver menor de idade em situação de IL. Não houve, na zona rural caso de insegurança alimentar média ou grave.

Em São Felipe d'Oeste, portanto, a percepção de insegurança alimentar das entrevistadas indica níveis baixos do problema e em relação às suas zonas, a incidência da insegurança alimentar é menor na zona rural do que na zona urbana - o que atribuímos ao fato de os integrantes desses domicílios serem produtores rurais em regime familiar, e a atuação feminina nessa forma de produção alimentar, que coloca o consumo da família em primeiro plano.

Conforme observações em campo, as mulheres agricultoras do TRM são produtoras ativas, conscientes de seu papel e dispostas a lutar por seus direitos. Mulheres que operam a feminização da vida, e que em paralelo à luta por igualdade, pleiteiam também o reconhecimento de suas diferenças em um projeto que articula o público e o privado, o íntimo e político. Nas palavras de Oliveira (2012) essa emergência do feminino tem ocorrido mais por gestos do que por discursos:

[...] feita mais de silêncios e de escuta que de expressão codificada, o Feminino emerge como esforço de alteridade, de reconhecimento de lugares outros de onde o humano possa contemplar sua experiência, imaginar-se diferente, conceber-se novo, mesmo se o novo busca sua seiva no que parecia passado. Talvez seja a essa a insólita dialética da atualidade. Na releitura das relações humanas, a descoberta de um capital extraordinário, de uma impressionante riqueza que se encontra nelas, e sua atualização em função de um projeto que articule de maneira original as relações do público e do privado (OLIVEIRA, 2012, p. 16).

É esse posicionamento feminino, zeloso dos interesses familiares e pautado em relações sensíveis com a natureza que tem mantido em níveis baixos o problema da insegurança alimentar e nutricional em São Felipe/RO. As práticas dessas mulheres apontam para um novo paradigma, de reintegração ente natureza e cultura, quiçá porque nunca se afastarem muito da observação e circulação junto à primeira. Não se trata, contudo, de essencialismo, de defesa de suposto “princípio eterno feminino”, nem tampouco de desejar o lugar ocupado pelos homens e se mimetizar em relação a eles, assumindo suas formas de comportamento:

O que tentam viver não é essência cristalizada, não é imanência nem predestinação. É um *continuum* em que corpo, cultura, história e lugar social interagem, o que comporta inserção e configurações insólitas. O que defendem é uma igualdade inédita entre os sexos, o primado da diferença sem hierarquia e sem ambigüidade (OLIVEIRA, 2012, p. 17).

Embora a insegurança alimentar seja leve, esse deve ser um fator de preocupação e intervenções públicas, porque é sintomático da pobreza do campo. A pobreza do campo no Brasil, segundo Mattei (2013), resulta de uma confluência de fatores em que constam heranças da cultura colonial e a aliança do Estado brasileiro com o grande capital, que possibilitou tornar a renda meio de renda e de especulação, ainda que improdutiva.

No recorte estudado tem-se notado avanço do agronegócio, modelo que é consumidor de solos e desagregador das formas tradicionais de produção, de relação com a natureza e de sociabilidade. O agronegócio impõe novas lógicas e novas técnicas e desestrutura gradativamente as relações tradicionais de produção.

É notável o crescimento da pecuária bovina no município de São Felipe d'Oeste e seu cercamento pela monocultura da soja, em municípios vizinhos, como Parecis e Chupinguaia, sendo esta uma tendência para aquele município. Também são iminentes os conflitos agrários, em função da entrada do agronegócio no perímetro.

A experiência de campo nos mostrou haver, ainda, complementaridade econômica entre o trabalho desenvolvido por homens e mulheres e manutenção do padrão ocidental de sobrecarga das mulheres, em função do exercício de dupla jornada: uma em casa e uma externa a ela, a primeira caracterizada como trabalho reprodutivo e sem remuneração, e a segunda frequentemente mal remunerada. No caso do trabalho das mulheres rurais, as duas jornadas não são remuneradas, porque a comercialização da produção fica sob controle masculino, restando a elas a “compensação simbólica” gerada pelo fato de ela e sua família não passarem fome e viverem uma vida digna para os padrões do território em que estão inseridos.

Os homens, ao exercerem o controle da produção e da distribuição externa, controlam o dinheiro e mantêm a supremacia na ordem social que herdaram e que reproduzem. As mulheres, por sua vez, controlam a distribuição interna dos alimentos, seu planejamento e preparo. São elas que planejam as refeições, servem a mesa e distribuem, da maneira mais adequada e justa possível, a porção que cabe a cada membro da família. Counihan e Kaplan (2004, p. 2) ratificam que

[...] there is the power that society allocates or denies to men and women through their access to and control of one essential resource: food. Men's and women's ability to produce, provide, distribute and consume food is a key measure of their power. This ability varies according to their culture, their class, and their family organization, and the overall economic structure of their society.

Destarte, as formas de acesso e controle dos alimentos, sobretudo em seu aspecto primeiro, o da produção, é questão central para a redução das desigualdades de gênero que pesam negativamente sobre as mulheres, e, por conseguinte, para a melhoria do bem-estar social. O enfrentamento de tal questão, em escala global, é urgente, uma vez que dentre os grupos vulneráveis, as mulheres constam entre os que mais sofrem com o problema da fome, em razão da posição de inferioridade socioeconômica e política que ocupa em vários lugares do mundo. Além do que, como esclarece Siliprandi (2004, p. 11)

É reconhecido por instituições internacionais, como a FAO, e o FIDA, que, entre os pobres, as mulheres e as crianças rurais podem ser os grupos mais afetados pela desnutrição, devido à distribuição desigual de alimentos dentro da família e ao excesso de trabalho que, usualmente, recai sobre as mulheres, com impactos significativos sobre suas condições de saúde.

Diante do exposto, é crucial ampliar as políticas públicas com enfoque de gênero, com especial urgência para as que se relacionam à questão da produção de alimentos. No Brasil, isso implica, primeiramente, em reinserir a reforma agrária na agenda política do país, o que no ensinamento de Moraes, Árabe e Paula e Silva, demanda

[...] primeiramente questionar a eficiência dos modelos dominantes de produção agropecuária, que só se viabilizaram e viabilizam, de fato, graças à predação do meio ambiente, à superexploração do trabalho e à absorção de privilégios fiscais e creditícios. Em segundo, é preciso enquadrar a dimensão fundiária da reforma agrária em uma política de desenvolvimento agrícola coerente e consistente. Não basta ocupar, resistir – é preciso produzir. Em terceiro, trata-se de enquadrar o próprio desenvolvimento agrário em um projeto de desenvolvimento nacional alternativo.

Já em 1946, por ocasião da publicação do clássico de Josué de Castro, *Geografia da Fome*, o ilustre geógrafo argumentava:

É a inadequação de nossas estruturas agrárias o fator essencial da má utilização de nossos recursos naturais, da baixa produtividade agrícola e da subocupação do homem do campo. Numa palavra: o atraso geral de nossa agricultura. O arcaísmo desta estrutura agrária se evidencia não só pela inadequada distribuição das propriedades, como pelas relações de produção de tipo feudal, nas quais ainda perduram o regime da meação, a parceria e outras sobrevivências do feudalismo agrário (CASTRO, 2011, p. 284).

Concordamos com o autor que é preciso efetuar reforma agrária para que se possa avançar de fato na produção de alimentos necessários para nutrir as pessoas, e essa reforma agrária precisa estar concatenada às demandas de gênero, oportunizando às mulheres a condição de agentes ativos no processo de produção e distribuição também em sentido comercial. Pensamos, portanto, em uma reforma agrária que, sem se eximir das preocupações com o comércio internacional, tem como

ponto-chave a segurança e a soberania alimentar interna, a partir da valorização da agricultura familiar e dos modos locais de produção e consumo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma série de pressões internacionais incide sobre a produção de alimentos:

A diminuição das barreiras ao comércio imposta aos países do Terceiro Mundo levou-os a abrirem seus mercados às grandes corporações, sediadas nos países do Norte. Ao mesmo tempo, verificou-se uma crescente desregulamentação das atividades econômicas nos âmbitos nacionais, com implicações importantes sobre a segurança e autonomia alimentar de seus povos. No que se refere aos produtos agrícolas e alimentares, houve, por um lado, o desmantelamento dos modos locais de produção e consumo (pela necessidade de gerar produtos agrícolas para exportação e pela diminuição das políticas destinadas a apoiar a agricultura familiar, como, por exemplo, aquelas voltadas para os mercados internos), e levou, por outro, a uma crescente homogeneização da cultura alimentar (SILIPRANDI, 2004, p. 2).

No bojo dessas pressões, problemas como a insegurança alimentar e nutricional, a pobreza urbana e rural e as desigualdades de gênero aumentam e ganham novos contornos, desafiando a ordem pública.

No estudo em tela buscamos compreender como o problema da insegurança alimentar e nutricional é percebida por mulheres de São Felipe D'Oeste, um município rondoniense localizado na Região Amazônica, formado a partir de conflitos agrários e que dos anos 2000 para cá vem sofrendo forte penetração do agronegócio, o que tem desestabilizado as bases tradicionais de produção: o regime familiar e cooperativo. A pesquisa revelou índice baixo de insegurança alimentar e nutricional, graças à resistência da agricultura familiar e a participação das mulheres rurais nessa atividade. Graças à sua sensibilidade ou bom senso, apenas o excedente é comercializado, assegurando-se, dessa forma, a nutrição familiar em primeiro lugar. Com isso se reduzem problemas sociais e a vulnerabilidade a determinadas doenças.

Por outro lado, constatou-se que prevalece no município situação de desigualdade de gênero, tanto no que diz respeito à vida doméstica e familiar, em que as mulheres se sobrecarregam de trabalhos e acumulam dupla jornada, quase sempre sem remuneração alguma; como em relação à vida pública, à qual lhes é interdita em função dos obstáculos inerentes a essa forma cultural, e aos obstáculos impostos pela carência de políticas públicas que favoreçam, no ambiente rural, por exemplo, o acesso à propriedade da terra, a créditos, a assistência técnica e educação para o trabalho, sendo que este último aspecto é também coincidente no que concerne às mulheres que residem na cidade.

Considera-se pertinente, para reduzir o problema da insegurança alimentar e nutricional o reposicionamento da reforma agrária na agenda política do Brasil e sua efetivação atenta a dois

aspectos: as demandas da inclusão das mulheres no processo de gestão da propriedade rural, de produção e comercialização dos produtos gerados pelo trabalho, e o fortalecimento da agricultura familiar, valorizando-se as demandas de alimentos locais, os modos locais de produzir, a produção orgânica, a segurança e a soberania alimentar.

Os objetivos do estudo foram alcançados e o método se mostrou satisfatório para a abordagem proposta. Para os estudos posteriores recomenda-se ampliar a escala de observação e análise, considerando-se toda a extensão do Território Rural de Identidade Rio Machado, em Rondônia.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Pró-reitoria de Extensão do IFRO e ao Departamento de Extensão do Campus Calama, que viabilizaram as atividades em campo.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAO, E. M. **Os receituários manuscritos e as práticas alimentares em Campinas (1860-1940)**. 2014. 340 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- ANDRADE, R. P. **A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966)**. 2014. 378 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2002. 208p.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade**. 115. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 288p.
- BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei nº 567**, de 22 de junho de 1994. Brasília: Senado Federal, 1994.
- _____. República Federativa do Brasil. **Decreto nº 88.769**, de 27 de setembro de 1983. Brasília: Senado Federal, 1994.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 332p.
- COUNIHAN, C. M.; KAPLAN, S. L. **Food and Gender: Identity and Power**. Nova York: The Gordon and Breach Publishing Group, 2004. 168p.
- FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. 888p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **São Felipe d'Oeste** – IBGE Cidade. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/sao-felipe-doeste/panorama>. Acesso em: 18 jul. 2018.

KEPPLE, A. W.; SEGAL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

MATTEI, L. A Questão Agrária no Desenvolvimento Brasileiro Contemporâneo. Florianópolis: Insular, 2013. 120p.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Estudo Técnico n. 1/2014**. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: SAGI, 2014.

MENESES, U. T. B.; CARNEIRO, H. A história da alimentação: balizas historiográficas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 1. n. 5, p. 9-91, 1997.

MORAES, R. C.; ÁRABE, C. H. G.; PAULA E SILVA, M. **As cidades cercam os campos** – estudo sobre projeto nacional e desenvolvimento na era da economia globalizada. São Paulo: Unesp, 2008. 158p.

OLIVEIRA, R. D. **Elogio da Diferença: o feminino emergente**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012. 150p.

RIBEIRO, C. S. G. **Tudo pronto: o comer fora e o prazer reinventado?** Curitiba (1970-2000). 2012. 259 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SCOTT, J. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press. 1989. 99p.

SILIPRANDI, E. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. In: FARIA, N.; N, M. **A produção do Viver**. São Paulo: SOF, 2004.

VIOTTI, A. C. C. **Três palavras sobre o sustento dos escravos**. Brasil, colônia de Portugal, 1633-1808. 2017. 308 f. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2017.